

O ORÇAMENTO E O RESTO QUE AÍ VEM...

por Mário Soares

O Orçamento de Estado vai passar, não há quaisquer dúvidas. Embora toda a gente tenha percebido que mesmo os Partidos que se irão abster permitindo, assim, que o Orçamento passe - o CDS/PP e o PSD - não querem negociar qualquer acordo nem responsabilizar-se, minimamente, pela governação. As hostilidades reabriram-se, no próprio dia em que a Assembleia marcou o último debate normal com o Governo, talvez com menos agressividade, mas apesar disso com algum eleitoralismo, para se demarcarem de responsabilidades. Como se isso fosse possível...

É óbvio que os Partidos - todos - não vão querer derrubar o Governo Sócrates porque isso traria, neste momento, o caos político, juntando à crise financeira e económica uma crise política, que, inevitavelmente, conduziria, mais tarde ou mais cedo, a novas eleições. Não só porque, muito provavelmente, a Oposição, de Direita e de Esquerda, as perderiam mas, também, porque governar de 2010 a 2013, não é nada agradável, como já se pode ver e será mesmo uma tarefa extremamente delicada e difícil.

Todas as pessoas com um mínimo de bom senso sabem disso... Algum líder de Partido o ignora? Não creio!

A verdade é que os portugueses estão muito inquietos, desmoralizados e descontentes. Têm razões para isso. Com o desemprego a subir, muitas empresas a falirem, a pobreza e as desigualdades gritantes a aumentarem e os protestos nas ruas dos que têm emprego - mais favorecidos do que aqueles que estão desempregados - a revoltarem-se por os salários estarem congelados e as dificuldades das famílias os pressionarem muito.

A culpa é do Governo? Seria injusto dizê-lo, apesar de Sócrates ser o "bode expiatório", de todos os noticiários televisivos e das rádios... Em todo caso, curiosamente, Sócrates sobe nas sondagens. Porque as pessoas sabem que a crise actual foi importada e está a ser sentida por todos os nossos parceiros europeus. Alguém, neste momento, em Portugal, querará substituir o Governo? Com que alternativa? Penso, sinceramente, que não. Só se fosse doido ou inconsciente. Nem, por outro lado, está em condições de o fazer. Os Partidos da Direita ou têm pouco apoio popular, caso CDS/PP, ou então, como o PSD, está devastado e dividido, por guerrilhas internas, com os líderes mais capazes a resguardarem-se, prudentemente, para melhores dias. Quanto aos Partidos da Esquerda radical, que insistem em não apresentar alternativas de Governo, limitam-se a protestos mais ou menos violentos, mas inócuos, fechados nos seus casulos, a sonhar com "os amanhães que cantam". Mas que não virão mais... O Mundo mudou.

Um Governo extra-partidário - por exemplo, de iniciativa presidencial - seria possível? Além de anti-constitucional, por ser contra os Partidos, num regime pluripartidário, nunca passaria na Assembleia. Assim, que fazer?

O "arco da governabilidade", como lhe chamam, parece vai ter o sentido de Estado para deixar passar o Orçamento. Dir-se-á que não poderia fazer outra coisa. É certo. Mas, goste-se ou não, manifestou o bom senso de ter dado a entender que asseguraria a governabilidade do Governo Sócrates, com mera maioria relativa. Honra lhe seja! Ora o Governo também já demonstrou que sabe governar com maioria relativa e tem vindo a habituar-se a dialogar. No entanto, como disse o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, numa lúcida e muito clara entrevista que concedeu ao Expresso, no sábado passado, cito: "O Governo não está aqui para governar a qualquer preço, para se manter até ao fim, independentemente de ter condições para aplicar o seu programa". Atenção! Não se trata de uma ameaça, mas de uma constatação, de quem quer dialogar e partilhar responsabilidades.

O Governo, de resto, vai apresentar um Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) até 2013, julgo, e está aberto a dialogar com todos os Partidos. É importante que faça, porque é a falar que as pessoas se entendem. Mas não só com os Partidos: também com os Sindicatos, como provou no acordo que o ministra da Educação, Dr^a. Isabel Alçada, fez com os Sindicatos dos Professores. Este diálogo com os Sindicatos, tenho-o dito e repetido, é muito útil e necessário, porque no período tão difícil que vamos atravessar até 2013 - em que temos de fazer baixar o deficit público até ao máximo de 3% do PIB, segundo as normas anunciadas pela União - a contribuição dos Sindicatos é essencial para assegurar a estabilidade social, sem obviamente deixar de defender os interesses, bem

compreendidos, dos trabalhadores. A nova ministra do Trabalho, Helena André, que tanto aprecio e estimo, sabe-o bem.

Os empresários, de uma maneira geral, têm compreendido a situação crítica em que a União Europeia se encontra - e Portugal, portanto - e o esforço que é necessário realizar para vencer a crise. É um objectivo que deve incidir, antes de tudo, nos desempregados - incentivando a criação de novos postos de trabalho - mas que importa valha, também aos pensionistas em dificuldades, sobretudo os mais idosos, e que combata a chamada "pobreza envergonhada", assegurando a todos os portugueses a segurança social, na saúde, na educação e nas reformas sociais, a que têm, constitucionalmente, direito.

Reduzir, gradualmente, o deficit público e o despesismo do Estado são outras das condições para vencer a crise, em que estamos mergulhados. Assim como criar novos postos de trabalho e valer aos desempregados, preocupações prioritárias do poder político.

Claro que incentivar as exportações é outra preocupação decisiva para o sector privado. Há muitas fontes de riqueza que estão por explorar. Os fundos marinhos, é uma delas. Mas há outras, como: as indústrias ambientais, as energias alternativas, as novas tecnologias, para que temos tão bons técnicos, etc. Como?

É nesse aspecto que os Partidos, se não quiserem entrar também eles em crise, devem dialogar sem demagogia com conhecimento real do País, nas suas múltiplas potencialidades e realismo, apresentando, à luz do dia, as alternativas que entenderem como necessárias. E desistindo continuar com o pessimismo nacional e deixando a nossa tão invocada, injustamente, incapacidade.

Nesse aspecto, o deficit da Região Autónoma da Madeira, com as exigências que estão a ser feitas à República é outro dos pontos que pode vir a constituir um problema grave. O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos - que é um dos ministros mais competentes e respeitados do Governo Sócrates - como disse, com meridiana clareza, não pode, nem deve, aceitar tais exigências que, mais uma vez, vêm da Madeira, ignorando a solidariedade que é devida ao todo nacional. E o PSD, que é um partido nacional e do arco do poder, tão cioso da verdade e tão crítico do despesismo do Estado, não pode, para agradar ao PSD/Madeira, ameaçar com rupturas institucionais, só por meras questões, chamemos-lhes, eleitoralistas...

Centenário da República.

Arrancaram, no Domingo passado, no Porto, dia 31 de Janeiro, as Comemorações oficiais do Centenário da República, invocando a data da primeira tentativa revolucionária (frustrada) para derrubar a Monarquia, após a humilhação do ultimato inglês, de 1890. Antes, houve outras iniciativas do mesmo tipo, da sociedade civil, como a realizada pela Academia das Ciências de Lisboa, em sessão solene e o lançamento do livro colectivo "A Maçonaria e a Implantação da República" realizado na Fundação Mário Soares, entre outras.

As comemorações oficiais iniciaram-se, com pompa e circunstância e grande participação popular, com vários actos significativos. As forças armadas em presença marcaram, com garbo, o início das Comemorações, na Avenida dos Aliados, onde falaram, por ordem, o Presidente da Comissão das Comemorações, Artur Santos Silva, o Primeiro Ministro e o Presidente da República. Pode dizer-se que os discursos não foram dissonantes, pelo contrário, tendo todos acentuado o valor dos generosos ideais republicanos, da ética, da identidade entre República e Democracia e da necessidade das Comemorações não serem uma evocação passadista mas antes estarem resolutamente voltadas para o futuro e a modernidade. Só houve uma falha. Num Estado Laico, como o nosso: a prece que foi feita, por um capelão católico, no início da cerimónia. Não era o lugar para isso.

Para além de um almoço na Câmara Municipal do Porto, oferecido, pelo Presidente, Rui Rio, às altas autoridades presentes, houve várias outras cerimónias, como a inauguração da exposição, intitulada "Resistência, da alternativa republicana à luta contra a Ditadura (1891-1974)", muito pedagógica. Vale a pena ver, com atenção. Além disso, houve um grande concerto na Casa da Música e bandas e grupos que animaram durante toda a tarde as ruas do Porto. Foi uma excelente jornada republicana que mostra que os ideais democráticos que a República incorpora estão bem vivos no coração do Povo português.

Obama com novas prioridades.

Depois do discurso sobre o Estado da Nação, tão repleto de ideias inovadoras, proferido em 27 de Janeiro último, o Presidente dos Estados Unidos anunciou estar a preparar o Orçamento com a ideia prioritária de combater o desemprego, flagelo resultante da crise global que atingiu, como em Portugal, 10% dos trabalhadores americanos. É um flagelo que importa, com urgência, combater. Porque a estabilidade política e social de qualquer Estado - em democracia - depende, essencialmente, disso. Por essa razão, Obama gritou: "emprego, emprego, emprego"...

Para tanto, propõe-se reduzir os gastos públicos, que não sejam prioritários, e subir os impostos às pessoas com rendimentos mais altos. Isso mesmo. Trata-se de um grande e corajoso exemplo, em momento de crise. Em especial para a União Europeia e, obviamente, para Portugal...

Lisboa, 2 de Fevereiro de 2010